



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E  
FISCALIZAÇÃO

REQUERIMENTO Nº DE 2019  
(Do Sr. Edmilson Rodrigues)

Requer a realização de audiência pública com o tema “Autonomia do Banco Central”.

Exmo. Sr. Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos dos arts. 3º, inciso III, da resolução nº 1 de 2006 do CN e do art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública com o tema “Autonomia do Banco Central”, com vistas a subsidiar os debates sobre o tema, que está na agenda prioritária do governo federal.

Para tal reunião requeiro que sejam convidados:

- 1. Eric Gil Dantas** - economista do Instituto Brasileiro de Estudos Políticos e Sociais (IBEPS), mestre e doutorando em Ciência Política pela UFPR;
- 2. Claudio Puty** - economista pela Universidade Federal do Pará, mestre pela *University of Tsukuba*, no Japão e doutor pela *New School for Social Research* nos Estados Unidos. É ex-deputado federal e professor;
- 3. Carmen Feijó** – economista pela UFRJ, mestre pela UFRJ e doutora pela *University College London*. É professora da Universidade Federal Fluminense.

JUSTIFICAÇÃO

O Banco Central é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Fazenda que executa as orientações do Conselho Monetário Nacional. Dentre suas atribuições, destacam-se: a) emissão de moeda; b) realizar recolhimento compulsório de instituições financeiras; c) realizar operações de redesconto; d) efetuar compra e venda de títulos públicos; e) exercer o controle de crédito; f) fiscalizar instituições financeiras; e g) controlar o fluxo de capitais estrangeiros no país.

De maneira mais ampla, o Banco Central é responsável pela execução das políticas monetária e cambial do país, isto é, políticas de taxas de juros, crédito e câmbio. Além disso, é a instituição responsável pela fiscalização das instituições financeiras.

Recentemente, foi amplamente divulgado na imprensa que o governo federal tem como meta na agenda prioritária a autonomia do Banco Central. Os principais argumentos a favor da autonomia do Banco Central são:

- 1) a política monetária estaria imune à ingerência política;
- 2) a autoridade monetária teria mais credibilidade e, por isso, traria “mais segurança para o mercado”.

Ocorre que as decisões da autoridade monetária afetam diretamente os níveis de crescimento, emprego e distribuição de renda na sociedade. Como bem colocaram dois economistas em matéria do Le Monde Diplomatique Brasil<sup>1</sup>:

“Subir os juros para manter a inflação muito baixa é uma maneira de enfraquecer a atividade econômica e, assim, diminuir o poder de barganha dos trabalhadores e disciplinar o crescimento real dos salários. Além disso, os mais ricos são beneficiados ao aplicarem suas poupanças a taxas mais altas, pagas pelo governo com base num esforço fiscal de toda a sociedade. Isto é, transferência de renda de quem ganha menos para quem ganha mais. Fica claro que a influência política é indissociável das decisões do BC”.

Não se pode, portanto, separar o debate da autonomia da autoridade monetária da política fiscal, objeto desta Comissão. Por isso, é necessário que a discussão sobre os rumos do Banco Central extrapole o campo da política monetária, abarcando seus efeitos em toda a política econômica e, sobretudo, na sociedade.

Sala das Comissões, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

**Edmilson Rodrigues**  
Deputado Federal – PSOL/PA

<sup>1</sup> <https://diplomatie.org.br/o-que-esta-em-jogo-na-independencia-do-banco-central/>